

SIMBIOSES TURÍSTICO-CULTURAIS – A CIDADE DO PORTO A REDESCOBRIR-SE

Luísa Fernanda Ferreira Rodrigues³

ISPGAYA

Resumo

O turismo cultural visto numa perspectiva global, tem sido, ao longo dos últimos anos apontado como um dos elementos de maior preponderância no sector do turismo. Tem gerado um enorme dinamismo na economia, pois é o responsável pelo entusiasmo na reabilitação de imóveis, é motor para a criação de empregos e provoca a presença de pessoas e vivências nos sítios que contêm elementos quer do património material quer imaterial. A prova de que este sector tem um peso considerável na economia nacional foi-nos revelada com a pandemia Covid 19 que nos continua a fustigar. O turismo cultural consegue movimentar pessoas provenientes das mais variadas vertentes sócioeconómicas, das mais diversas idades, níveis de formação e com entendimentos do universo cultural muito diferentes. É dinâmico e coloca desafios muito interessantes a todos os actores implicados. A cidade do Porto transformou-se ao longo do tempo, fruto de um processo longo, nem sempre pacífico, apresentando, hoje, uma nova face. Perceber esse caminho no contexto do Turismo cultural, ajuda-nos a ter outra leitura da cidade.

Palavras-chave: Turismo Cultural; Roteiros urbanos; Património.

³ Docente do ISPGAYA – Instituto Superior Politécnico Gaya

TOURIST-CULTURAL SYMBIOSES – THE CITY OF PORTO REDISCOVERING ITSELF

Abstract

Cultural Tourism within Tourism, seen from a global perspective, has been pointed out over the last few years as one of the most prevalent elements in the sector. It has generated a huge dynamism in the economy, because it is responsible for the enthusiasm in the rehabilitation of real estate, is an engine for the creation of jobs and causes the presence of people and experiences in the sites that contain elements of both material and intangible heritage. The proof that this sector has a considerable weight on the national economy has been revealed to us by the Covid 19 pandemic which continues to plague us. Cultural tourism can move people from the most varied socio-economic aspects, of different ages, levels of training and with very different understandings of the cultural universe. It is dynamic and poses very interesting challenges to all the actors involved. The city of Porto has become over time a long process, not always peaceful, presenting today a new face. Realizing this path in the context of cultural tourism helps us to have another reading of the city.

Keywords: Cultural Tourism; Urban itineraries; Heritage.

Introdução

O presente artigo pretende ser uma breve reflexão sobre o turismo cultural, numa abordagem que congrega as perspetivas teóricas exploradas por outros autores e a observação e experiência da fruição da cidade numa relação muito próxima com o território e os lugares de circulação dos turistas, dirigindo a sua atenção para a especificidade da cidade do Porto. Importa, à partida, fazer algumas perguntas que nortearão a nossa abordagem. Que realidade vivemos hoje no âmbito do Turismo Cultural? Que importância tem no conjunto dos produtos turísticos? Como evoluiu o turismo cultural na cidade do Porto? A tentativa de resposta a estas questões, certamente, levar-nos-á a compreender melhor o fenómeno do turismo cultural no Porto.

Pretende-se fazer uma incursão neste fenómeno na tentativa de perceber a importância da oferta de recursos que, sobretudo o Porto, coloca à disposição dos visitantes nacionais e internacionais e que contribui para aumentar o fluxo de visitantes. Quisemos trazer uma abordagem acerca do modo como os aspectos culturais da cidade foram sendo vivenciados pelos turistas numa perspectiva evolutiva e destacar alguns momentos-chave que impulsionaram a procura turística e a mudança de atitude até por parte da população residente. Neste contexto fizemos uma breve reflexão sobre o Porto, a sua condição de cidade, cujo centro histórico é classificado como Património

da Humanidade e os efeitos que tal circunstância tem na sua situação atual. A razão pela qual nos concentrámos no Porto prende-se com o facto de termos desenvolvido as nossas actividades nesta cidade e observarmos, ao longo dos anos, as transformações que foram ocorrendo no contexto da fruição da cidade e do seu património.

Apesar de o corpo conceptual ser já sobejamente conhecido e estudado, pensamos que nunca é supérfluo trazermos conceitos como turismo, turista, viajante, cultura para ilustrarmos o nosso discurso. Eles têm uma função norteadora e convém rememorá-los. É a partir dos conceitos que iremos trabalhar a questão fundamental da nossa breve abordagem e que tem o Porto como pano de fundo.

A problemática encerra complexidades que são inerentes ao facto de estarmos perante as exigências de transformação rápida impostas pelo mercado, as fragilidades próprias do universo do património cultural, as questões relacionadas com a gestão do mesmo, as inter-relações das comunidades locais com os turistas e as expectativas dos turistas no tocante à fruição dos locais que visitam. Repensar as atitudes, a gestão dos recursos patrimoniais, o grau de envolvimento das populações, os modos divulgação, a formação dos recursos humanos são algumas das áreas, entre outras, que devem ser tidas em linha de conta, quando a realidade e o presente nos convoca para a prática da sustentabilidade em todos os domínios e neste em particular.

Turismo Cultural – evolução do conceito

Parece-nos relevante abordar em primeiro lugar o que poderemos entender por Turismo, Turista, Visitante e Viajante. O esforço de conceptualização tem sido muito grande ao longo do tempo e tem variado de acordo com os autores e com o tempo histórico em que é construída. Numa área que se expandiu de modo rápido e em campos cada vez mais abrangentes, a árdua tarefa de definir conceitos e sistematizar os conhecimentos, as abordagens e as práticas nem sempre foi linear nem unanime.

Relativamente ao conceito de Turismo, Licínio Cunha utilizando a definição de Mathienson e Wall, por um lado, e a definição da OMT, por outro, aponta duas vias para se construir um conceito de Turismo. A primeira é entendida do ponto de vista concetual definindo turismo como “ *o movimento temporário de pessoas para destinos fora dos seus locais normais de trabalho e de residência, as actividades desenvolvidas durante a sua permanência nesses destinos e as facilidades*

*criadas para satisfazer as suas necessidades*⁴. A segunda, tomada de um ponto de vista técnico considera o Turismo *“o conjunto de actividades desenvolvidas por pessoas durante as viagens e estadas em locais situados fora do seu ambiente habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, de negócios e outros”*⁵. Se nos detivermos nestas definições encontramos, no entanto, uma falha que Cunha muito bem refere e que se prende com o facto de se dar ênfase às actividades desenvolvidas pelos visitantes, ignorando-se as actividades produtoras de bens e serviços direccionados para os mesmos visitantes.

Assim, já podemos traçar alguns pressupostos que estão na base do conceito de turismo: as actividades dos visitantes promovem-se fora do seu ambiente habitual, isto é, eliminam-se as rotinas normais de trabalho e as práticas sociais habituais; para que existam estas actividades é necessário a viagem e consequentemente a utilização de um meio de transporte; a existência, no local de destino, de um conjunto de elementos que suportem a execução dessas actividades.⁶ São entendidas, assim, por actividades não turísticas as que são executadas maioritariamente por residentes ou por pessoas que no lugar onde se desenrolam, vão obter remuneração com essas mesmas actividades. Este tipo de abordagem coloca, no entanto, algumas questões que se prendem com o estabelecimento de uma fronteira entre aquilo que se considera destino turístico e as actividades turísticas que lhe são inerentes.

A mesma dificuldade se coloca quando se tenta definir turista, viajante ou visitante. Seguiremos igualmente Cunha, L.⁷ que nos aponta uma evolução do conceito de turista que inicialmente se referia a todo aquele que viajava por mero prazer ou para aumentar os seus conhecimentos, excluindo as deslocações profissionais, por motivo de saúde ou religiosas. Era entendido como uma fruição associada à elite. Ao longo do tempo a democratização da viagem pela generalidade dos estratos sociais e a possibilidade de deslocação adquirida com o aumento do tempo livre, resultou numa maior amplitude de motivações para se operarem deslocações aliando o prazer a outras necessidades pessoais.

Este conceito leva-nos a outro, o de viajante, pois todas as pessoas que se deslocam são designadas de viajantes – *“é toda a pessoa que viaja entre dois ou mais locais, qualquer que seja o modo ou o meio de deslocação. Se a deslocação se realiza entre dois locais dentro das fronteiras do país em que a pessoa se desloca, esta passa a designar-se por viajante interno; no caso da deslocação*

⁴ Cunha, L. (2001). *Introdução ao Turismo*. Lisboa: Editorial Verbo, p. 30

⁵ *Idem*, p. 30

⁶ Middleton, T. C. Victor. (1996). *Marketing in Travel and Tourism*, 2nd Edition, Butterworth- Heinemann, 2ª, citado por CUNHA, L., p. 31

⁷ Cunha, L., p. 15

*implicar a travessia de uma fronteira, designar-se-á por viajante internacional*⁸ A evolução dos tempos e a necessidade estatística e de sistematização obrigou a distinguir entre vários tipos de viajante, assim se estabeleceu o conceito de visitante internacional (1953), visitante (1963) que podiam revestir a forma de turista ou de excursionista. Na atualidade temos como referência a definição adotada pela ONU (1993) por recomendação da OMT. Assim:

- visitante é a pessoa que se desloca a um local situado fora do seu ambiente habitual durante um período inferior a 12 meses consecutivos e cujo motivo principal da visita é outro que não seja o de exercer uma atividade remunerada no local visitado;

- turista é todo o visitante que passa pelo menos uma noite num estabelecimento de alojamento coletivo ou num alojamento privado no local visitado;

-visitante do dia, que veio substituir a designação excursionista, é todo o visitante que não passa a noite no local visitado.

Parece-nos da máxima importância convocar estes elementos que fazem parte da terminologia relacionada com o turismo porque é destes elementos que vamos tratar neste artigo. O seu tema em torno do turismo cultural, implica estarmos na posse destes conceitos pois o trabalho é feito com pessoas e para as pessoas que se podem classificar como turista, visitante ou visitante do dia.

Importa-nos definir igualmente a origem dos visitantes, pois é um parâmetro que tem influência na elaboração dos conteúdos que se constroem no âmbito dos roteiros. Assim, distingue-se entre o turismo interior do qual fazem parte o turismo interno ou doméstico e o turismo recetor que é realizado dentro das fronteiras nacionais; o turismo nacional que abrange o turismo interno e o turismo emissor (os que saem para visitas no estrangeiro); e o turismo internacional que diz respeito a todas as deslocações que impliquem o atravessamento da fronteira.⁹ A conjugação de todos os elementos tem, em rigor, um peso significativo nos processos de trabalho para a elaboração de itinerários. A eles ainda se associam outros ingredientes, que adiante abordaremos, como as especificidades e características das pessoas ou grupos para os quais os roteiros foram delineados.

A nossa atenção está focalizada num tipo de turismo específico: o Turismo Cultural. Trabalhamos com uma “matéria prima” difícil, delicada e desafiante: a cultura, nos seus mais variados aspectos, e tentamos transportá-la sem sobressaltos e sem adulteração até ao nosso público, seja ele

⁸ *Idem*, p. 17

⁹ Cunha, L. *idem*, pp. 35, 36

nacional ou estrangeiro. É um facto, que a cultura constitui um trunfo extremamente importante para o desenvolvimento do turismo e para a captação de turistas e visitantes. Como diz Marujo¹⁰ “o turismo, pela sua essência e natureza, implica uma procura pelas diferenças que são projetadas pela cultura material e imaterial e que assentam a sua base no turismo cultural” o que, na verdade, constitui um forte elemento de atração.

O conceito de “cultura” é vasto e difuso o que muitas vezes provoca o seu esvaziamento. Segundo Simmel, citado por Eduardo Esperança¹¹, o que dá consistência à noção de cultura é a sua encarnação na totalidade de um sujeito e no modo como esta lhe pode enobrecer a existência, influenciando a dos outros homens. A cultura só surge quando se resolve a equação sujeito/objecto. Para o sujeito existir o espírito tem que incorporar os símbolos, os quadros, os documentos e os monumentos na dimensão física do facto cultural.

Lotman, por sua vez dá-nos uma visão sistémica da cultura. Afirmou que a cultura é um grande texto e que a cultura é uma acumulação histórica de sistemas semióticos (linguagens). A tradução de uma área determinada da realidade para uma das linguagens da cultura, a sua transformação numa informação codificada e a introdução de tal informação na memória coletiva: esta é a esfera da atividade cultural quotidiana. A Cultura é estruturante e cria à volta do homem uma sociosfera que possibilita a vida de relação¹². Assim as diferentes culturas relacionam-se entre si através da criação de códigos complexos e sistemas de signos e de linguagens promovendo um sistema de trocas.¹³

Se, como diz Baptista¹⁴ a cultura se torna um objecto de consumo, deixa de reflectir sobre si própria, passando a haver uma necessidade de se desconstruir o próprio termo “cultura”. Uma das tarefas intrínsecas da cultura é a humanização e a promoção da interacção entre as diferentes dimensões da civilização. Deste modo o Turismo Cultural assume-se como um promotor da comunicação intercultural, cujo papel de mediador assegura a interligação entre o visitante e as comunidades que visita.

¹⁰ Marujo, N. (2015) *O Estudo Académico do Turismo Cultural*. TURyDES – Revista de Turismo Y Desarrollo. Vol 8, nº 18, p. 2.

¹¹ Esperança, E. J. (1997). *Património, Comunicação, Políticas e Práticas Culturais*. Lisboa: Ed. Vega, pp.293-296.

¹² Velho, A. P.M. - A semiótica da Comunicação: apontamentos para uma metodologia de análise da comunicação, *Rev. Estud. Comun.*, Curitiba, v. 10, n. 23, p. 254.

¹³ Carvalho, I. C. R.; Baptista, M. M. T.; Costa, C.(2010). As redes de Turismo Cultural: Um olhar sobre a relação entre Turismo e Cultura. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, nº 13, 2010 p. 32.

¹⁴ Baptista, M.M. – *Relatório da Disciplina A Questão da Identidade na Cultura Portuguesa*, Departamento de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro, 2009. Citada por Carvalho, I et al. (2010).

Importa salientar a vertente sociológica da cultura, como nos apresenta Pereiro Pérez, X.¹⁵, pois esta visão da cultura à luz das teorias de Raymond Williams (1976) é entendida como um campo de conhecimento dos grupos humanos e como produção e consumo de atividades culturais o que justifica a sua relação tão íntima com a cultura. Assim, *“a cultura passa a ser entendida como espectáculo, como política, produção e consumo”*. É neste contexto que se fala de “indústria cultural” como foi avançado por Theodor Adorno referindo que os produtos culturais passaram a ser produzidos da mesma maneira que outros bens de consumo e que passariam também a ser consumidos pelas massas.

Interessa neste ponto reflectirmos um pouco sobre o conceito de Turismo Cultural que em verdade, não se pode separar de temas como a memória, a identidade, o documento, a história e o património. Como diz Cunha¹⁶ *“incluimos no turismo cultural as viagens provocadas pelo desejo de ver coisas novas, de aumentar conhecimentos, conhecer as particularidades e os hábitos doutros povos, conhecer civilizações e culturas diferentes, do passado e do presente, ou ainda a satisfação das necessidades espirituais. (...) Podemos incluir neste tipo as viagens de estudo”*.

O turismo cultural, assumindo o seu papel de mediador, como atrás referimos, coloca os atores em relação e poderá prevenir e diminuir os perigos da massificação, quando encarado pela via da sustentabilidade.

Poderemos recuar aos primórdios da atividade turística para encontrarmos afinidades com o turismo cultural. A natureza cultural das deslocações pode ser encontrada, por exemplo, nos variadíssimos trajetos que o homem medieval fazia para visitar o túmulo de Santiago em Compostela, consagrados no *Codex Calistinus* do séc. XII, cujo quinto livro, da autoria do monge francês cluniacense Aymeric Picaud, é o célebre *“Iter pro peregrinis ad Compostellam”*, que, em rigor, constituía um guia para o peregrino. Cumprindo a tarefa de um guia, nele se descreve o caminho francês, com indicações acerca dos costumes das populações por onde passa o itinerário, descreve cidades e povoados e a cultura dos seus habitantes, menciona as igrejas que o peregrino não deve deixar de visitar. Indicam-se os locais de acolhimento para descanso dos peregrinos. Constituiu também um verdadeiro manual de conselhos práticos para que o peregrino evite constrangimentos que possam ocorrer na viagem, nomeadamente no que respeita a gastronomia indicando as comidas que o peregrino deveria evitar.

¹⁵ Pereiro Pérez, X. (2009). Turismo Cultural. Uma Visão Antropológica. *PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. IV. Serie, Tenerife, pp. 104-106.

¹⁶ Cunha, L. – p. 49

massas.¹⁸ A motivação para a viagem, reside no facto de o visitante desejar estar em contacto direto e físico com o objecto que por sua vez está impregnado de significado, é portador de uma determinada identidade e é impossível de observar noutro lugar. Muitas vezes trata-se da comprovação de que o objecto sonhado e com o qual tomou contacto através dos meios de comunicação, afinal existe.

É neste momento que se estabelece uma relação com quem é visitado, pois deverá saber exatamente como deverá exhibir os objectos de cultura que oferece consciente daquilo que espera por parte do turista¹⁹.

Todos os atores devem ter consciência dos perigos que encerra a pressão dos visitantes nos diferentes lugares. Pois se alguns sítios comportam perfeitamente a pressão de um número elevado de visitantes, outros não, pois, rapidamente, o objecto de interesse, pela sua fragilidade se degrada. Trazemos como exemplo o efeito da presença dos visitantes na gruta de Altamira em Espanha, ou do cuidado que se tem nas visitas programadas à Biblioteca Joanina em Coimbra. Estas questões aliadas à mercantilização da cultura nunca podem ser descuradas por quem tem a tarefa de gerir o património envolvido numa visita, dos programadores e em última instância dos guias, evitando riscos desnecessários quer do ponto de vista da degradação quer do ponto de vista da banalização. Estes últimos devem, para além de conhecer profundamente a cultura que vai mostrar, estar igualmente em sintonia com as práticas e directivas relacionadas com a preservação dessa mesma cultura.

O turismo cultural é antes de tudo o resultado de um conjunto de experiências que o turista vive quando empreende uma visita a lugares significativos da cultura, quando se relaciona com o património material ou imaterial. São quase sempre experiências fortes do ponto de vista sensorial, psicológico e social, que mesmo não caindo nos extremos da vivência de Stendhal, constituem fortes motivos para que o visitante se sinta ligado àquele lugar e crie elos de ligação. Quando os operadores turísticos na cadeia de processos vendem uma viagem ou um itinerário estão efectivamente a vender emoções e essa experiência deve estar revestida de uma enorme qualidade.

A produção de turismo cultural da responsabilidade de organismos públicos ou privados, deverá ter em linha de conta as políticas culturais nacionais, regionais e locais privilegiando um trabalho em rede e a troca de experiências. A integração desta produção nas economias, quer regionais quer locais, sustenta-se com a diversificação da oferta de produtos satisfazendo nichos de mercado. O que acabámos de expor funciona como pano de fundo quando, no passado ou

¹⁸ McKercher, B. e Cros, H. (2002). *Cultural tourism: the partnership between tourism and cultural heritage management* THHP, New York, London, Oxford, 2002, citado por Marujo, N., p. 5.

¹⁹ Toselli, C. (2006). Algunas reflexiones sobre el turismo cultural. *PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. vol 4, nº 2, p. 176.

actualmente, as entidades públicas ou privadas tiveram e têm que programar roteiros e visitas que incidem sobre o nosso património cultural.

É muito importante debruçarmo-nos um pouco sobre os textos do ICOMOS sobre o Turismo Cultural: o de 1976²⁰ e o de 1999²¹. Na Carta do Turismo Cultural de 1976, subscrita pela OMT entre outras entidades, apresentaram-se as principais preocupações pelos efeitos que o turismo teria na conservação do património. Encara o turismo cultural como uma forma de turismo que tem por objectivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos e exerce um efeito positivo sobre estes porque contribui para a sua manutenção e protecção por parte da comunidade resultando em benefícios socioculturais e económicos para a população implicada.

Se por um lado reconhece os efeitos positivos do turismo cultural por outro lado chama a atenção para os perigos de uma sobrecarga negativa dos visitantes e aconselha uma cooperação mais estreita entre os organismos que trabalham com o Turismo e os que se ocupam da protecção do património. *“...com uma perspectiva de futuro, o respeito ao património mundial, cultural e natural, é o que deve prevalecer sobre qualquer outra consideração, por muito justificada que esta se pautar desde o ponto de vista social, político ou económico”*. Coloca também a ênfase na necessidade de se produzir uma informação eficaz e formação especializada por parte das entidades em questão.

A Carta Internacional do Turismo Cultural de 1999 reflete sobre as dinâmicas criadas entre património e turismo cultural, referindo que o turismo nacional e internacional foi e continua a ser um dos principais veículos do intercâmbio cultural. Proporciona experiências, não só a partir da observação dos vestígios do passado, mas também através do contacto com a vida actual de outros grupos humanos. Acrescenta que *“...é cada vez mais reconhecido como um força positiva que favorece a conservação do património local natural e cultural. O turismo pode aproveitar as vantagens económicas do património e utilizá-las para a conservação deste, criando recursos, desenvolvendo a educação e reorientando as políticas.”*. À luz da carta, os benefícios acabam por ser recíprocos dando corpo a essa ideia da necessidade de existirem interações dinâmicas entre turismo e cultura, fomentando o intercâmbio cultural através de experiências enriquecedoras e agradáveis, protegendo, respeitando e beneficiando as populações locais e as comunidades de acolhimento.

Ainda de 1999 é a mensagem conjunta do Diretor-Geral da UNESCO e do Secretário Geral da OMT intitulada *“O Turismo, fator de preservação do Património Mundial para o próximo milénio”*, manifestando a ideia de que são necessárias parcerias mais eficazes entre o setor privado e o setor

²⁰ ICOMOS (1976). *Carta do Turismo Cultural*. Paris, 1976

²¹ ICOMOS (1999). *Carta Internacional sobre o Turismo Cultural*. Cidade do México, 17 a 23 de Outubro de 1999.

público e todas as partes intervenientes a nível local, regional, nacional e internacional por forma a maximizar a contribuição positiva do turismo. Coloca também o enfoque no importante papel do setor privado na salvaguarda e preservação e salvaguarda do património²².

Relativamente ao património entendido como memória, Guillaume²³ refere alguns tipos. A memória heterológica que se organiza a partir dos documentos, dos monumentos, produz-se e difunde-se através das “máquinas de memória” situadas nas instâncias do saber e do poder; a memória simbólica que se apresenta como um entrançado que cruza os diferentes níveis da coletividade e está relacionada em particular com a memória familiar da comunidade de vida – uma memória espessa e essencialmente imaterial, que coloca a ênfase na oralidade nas práticas e os seus “monumentos” são produzidos por discursos, por lendas ou por ritos. Todos os países têm uma política da monumentalidade exibindo os seus monumentos-emblema. Esta monumentalidade histórica resulta de uma dupla necessidade: simbolizar a coletividade e simbolizar o passado – ficciona-se o passado. Estas representações têm, efetivamente, um papel transitório e ficam ligadas a situações excepcionais. Fora destas situações, a política da memória elabora, a partir de restos mais modestos, representações do passado mais discretas que acabam por ser mais duradouras. É a memória autorizada que organiza o passado e o espaço, minuciosamente, através de um manancial de documentos e de monumentos. Faz do espaço e da cidade um texto e apresenta as aparências de uma memória precisa do passado que são aproveitadas pelo turismo. No entanto, a cidade é um organismo vivo que cumpre múltiplas funções e é investida de uma memória vulgar que é o meio de uma apropriação simbólica dos seus habitantes. Esta apropriação também se opera quando ela é a memória instantânea de um viajante que grava na sua lembrança alguns pormenores que lhe dão a sensação de “conhecer” verdadeiramente a cidade.

Por seu turno, Lino T. Dias²⁴ aponta-nos três tipos de memória: a memória evidente, a memória reconstruída e a memória fruída. Valorizar a memória é valorizar implicitamente o património que vai assumindo, embora lentamente, uma nova concepção, que passa por um uso mais consciente no quotidiano, abandonando-se a ideia de que constituía exclusivamente um *“recurso privilegiado para o turismo e como algo que se mostrava para ocupar o tempo de quem viajava”*. Nos últimos anos o património *“passou a ser assumido como indispensável ao uso integrado na fruição quotidiana valorizando a memória”*. Reconhece-se assim, o valor identitário do património nacional e regional.

²² Lopes, F. (2000). O programa de Incremento do Turismo cultural. Dos novos conceitos e motivações sobre o património cultural à criação de produtos turísticos de qualidade. Revista Forum, nr. 4, p. 247.

²³ Guillaume, M. (2003). *A política do Património*. Porto: Campo das Letras, pp.138-146.

²⁴ Dias, L.T. (2013). *Património Construído, Património prospetivo*. Vila Nova de Gaia, Ed. ISPGAYA, pp.60-62.

Parece-nos relevante a reflexão proposta por Dias, quando nos aponta a evidência da importância da memória, pois as sociedades atuais vivem obcecadas pela evidência e inteligibilidade da memória. Esta constatação é tanto mais sentida quanto mais damos conta da pressão que é exercida pela procura de experiências culturais em tempos de ócio. Neste contexto, a viagem é feita com várias intenções, nomeadamente com a intenção de formar e com a intenção de divertir.

Turismo cultural e o seu desenvolvimento no Porto

A cidade do Porto tem sido ao longo dos anos o nosso espaço de atuação. É nesta espécie de ninho, que é o espaço geográfico da cidade, que acontece uma rica vivência cultural que implica, ao longo do tempo uma relação entre a comunidade urbana, especialmente a do centro histórico e quem nos visita. Lugar de partidas e chegadas em constante movimentação, (só interrompidas com a pandemia) a cidade abre-se à fruição.

Importa referir a existência de algumas variantes do turismo cultural no ponto de vista do visitante: uma em que os visitantes são habitantes do espaço e saem para o exterior, outra em que os visitantes habitam a própria cidade ou são provenientes de locais com uma proximidade física do Porto e por último os visitantes que nos chegam de pontos mais distantes do país ou do estrangeiro.

A experiência continuada que advém do trabalho com a dimensão cultural e patrimonial da cidade, ao longo dos anos, deu-nos uma percepção de evolução da cidade do Porto que foi passando por diferentes momentos que poderemos designar de momentos chave ou momentos de impulso. Neste caso, destacaríamos o Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura e o Euro 2004. O primeiro porque se demonstraram as grandes capacidades das instituições da cidade no tocante à programação cultural. O segundo porque, num curto lapso de tempo, promoveu-se a divulgação do país e da cidade do Porto, pois nela decorreram alguns jogos do torneio, designadamente o jogo de abertura, atraindo nacionais e estrangeiros, com efeitos a médio e longo prazo²⁵.

Um outro factor de desenvolvimento do Porto, nomeadamente no plano do turismo cultural, foi a elevação do seu Centro Histórico a Património da Humanidade pela Unesco e que celebrou no dia 05 de dezembro de 2021, vinte e cinco anos. Os efeitos positivos desta classificação para o turismo do Porto e da região são inquestionáveis e duradouros aliados aos que foram provocados pela

²⁵ Ribeiro, J. C. (coord.), Viseu, J. et al (2004). *Relatório Final – Avaliação do Impacte Económico do Euro 2004*. Braga, Escola de Economia e Gestão. Núcleo de investigação em política económicas. pp. 21 -41.

classificação do Centro Histórico de Guimarães (dezembro de 2001) e, se quisermos alargar a lente de observação, para o interior, à Paisagem Cultural do Douro Vinhateiro (dezembro de 2001)

Como já vimos apresentando, a cidade constitui um contexto excelente onde se combinam o elemento humano, a dimensão temporal do passado e do presente, e a presença de testemunhos desse passado. É o lugar onde os monumentos facilitam a criação de identificação com o território e a consolidação da memória coletiva. É, assumidamente, o lugar propício ao desenvolvimento da actividade turística na sua vertente de turismo cultural. É neste contexto que o centro histórico assume uma enorme importância e mobiliza os agentes públicos e privados para a sua defesa e conservação. No caso do Centro Histórico do Porto, a classificação como Património da Humanidade foi crucial, pois atribuiu-se significado ao património da cidade, criou um sentimento de orgulho e de identificação dos habitantes com o seu espaço aumentando a sua auto-estima, movimentou os organismos responsáveis para o restauro e conservação do edificado e provocou o desenvolvimento económico local.

No entanto, e como nos diz Falcão *“o turismo urbano não pode nem poderá, só por si, colmatar a perda de importância dos setores secundário e terciário (...) será importante referir que o turismo urbano é apenas uma componente das políticas económicas locais (Law, 1993: 2277) e não poderá ter a veleidade de resolver os gravíssimos problemas sociais...”*²⁶.

Poderemos recuar até à década de 1960 para perceber que os organismos públicos se preocuparam com o ordenamento da cidade e com a valorização do seu património histórico-monumental. Foi o que aconteceu no Plano Director da Cidade de 1962 da autoria do Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal do Porto no qual se deu destaque à necessidade de terciarização da cidade, dando especial atenção ao turismo e ao lazer como essenciais para o seu desenvolvimento. Deram conta da necessidade de criar infra-estruturas para satisfazer uma procura que crescia, nomeadamente na área da hotelaria, equipamentos dedicados ao desporto e ao lazer. Segundo este plano, para a área histórica estava projectada uma renovação profunda que levaria, nomeadamente, à demolição de alguns quarteirões interiores aumentando a salubridade dos que ficassem e onde teriam lugar obras de reabilitação. Prevvia também a construção de novos edifícios e abertura de ruas e rampas com o propósito de fomentar actividades relacionadas com a cultura e o turismo, facilitando o acesso dos visitantes às zonas mais elevadas e evitando a subidas mais íngremes. Organizavam-se assim *“vários percursos turísticos para visita aos diversos monumentos, sem necessidade de retornos*

²⁶ Falcão, M.(2003). Algumas considerações sobre o Porto e o seu aproveitamento para o turismo urbano e de lazer. *Territórios do Turismo – revista científica do ISAI*, nº 1, p. 99.

ou subidas fatigantes”²⁷ A controvérsia gerada foi enorme, também porque o centro histórico se veria esvaziado dos seus habitantes que teriam de ser deslocados para bairros sociais afastados do centro.

Nos finais dos anos 60 nasceu uma Comissão Municipal que publicou o “Estudo de Renovação Urbana do Barredo” que teve a assinatura, entre outros, do Arquiteto Fernando Távora e que estaria na origem do CRUARB/ch. Ainda citando Falcão, desde a intervenção deste organismo a recuperação da zona da Ribeira/Barredo trouxe um enorme contributo para a esfera do turismo, provocando uma forte mudança funcional dos espaços num enorme esforço de reabilitação urbana. Deu-se especial ênfase à criação de espaços de restauração que ocupam maioritariamente a zona ribeirinha com vista para o rio Douro. Ao longo do tempo aumentou o número de estabelecimentos ligados a actividades de convívio e diversão noturna que foram aparecendo entre a Praça da Ribeira e as ruas vizinhas. Aproveitando este entusiasmo pelo turismo, várias empresas de embarcações de passageiros sediaram-se junto ao Cais da Estiva e na margem de Gaia, proporcionando cruzeiros turísticos diários e semanais e criando um grande dinamismo.

A classificação do Centro Histórico do Porto como Património da Humanidade pela UNESCO teve lugar no contexto de uma candidatura que incluía o esforço de reabilitação da área Ribeira/Barredo. O património do Porto valorizado deste modo tão eloquente passou a ser encarado como um dos seus recursos mais importantes. Nele podemos englobar os edifícios religiosos, a arquitectura civil, a arqueologia e no âmbito da imaterialidade, que vem reforçar a identidade de que já falámos, associaram-se a música, a gastronomia, a literatura, as práticas tradicionais e a linguagem. A integração de todos estes aspetos constituiu a razão para que o Porto se tornasse um lugar de atração de turistas.

Não devemos, no entanto, ignorar o facto de, neste processo, a zona histórica ter assistido ao esvaziamento dos antigos habitantes e de viver uma desertificação materializada em inúmeros prédios devolutos. Dez anos após a classificação o centro do Porto oferecia um sentimento generalizado de decadência, coincidente com a extinção da CRUARB/ch em 2003. Em algumas áreas correu-se o risco de se ter criado um cenário, extraordinário para ser captado pelas lentes das câmaras fotográficas dos turistas, mas ao mesmo tempo escondendo um grande grau de degradação quer no que respeita ao edificado por detrás das fachadas quer no que toca às relações de vizinhança, aquilo a que Helder Pacheco referia numa entrevista a um canal de televisão a propósito dos vinte anos do galardão: “perdeu-se a humanidade ao nível do rés-do-chão”. De facto, e pela experiência de mostrar muitas vezes o centro histórico a visitantes consumidores de turismo cultural, não há muitos anos o

²⁷ Falcão, M. – op. cit, p.103

centro histórico fora das áreas principais de circulação, vivia numa lenta agonia. É o caso da Rua das Flores que há meia dúzia de anos se encontrava, descaracterizada, desabitada e esquecida. Hoje o cenário é substancialmente diferente, mas foi fruto de um longo processo nem sempre linear, nem sempre bem sucedido, nem sempre pacífico²⁸. A reabilitação das áreas degradadas foi entregue à Porto Vivo – Sociedade de Reabilitação Urbana que tem feito um trabalho continuado resultando na devolução do centro histórico aos portuenses e mostra-o de modo renovado a quantos visitam a cidade. Mas, ainda assim, podemos colocar em questão as políticas aplicadas ao património classificado do Porto como nos dá a entender o geógrafo Álvaro Domingues que alerta para a necessidade de pensar muito bem como se fazem as intervenções, pois cada área e cada edifício é um caso pelas suas particularidades - o que se aplica à Sé do Porto, não pode ser aplicado num edifício da Rua das Flores – e percebermos que não podemos transformar todos os edifícios em unidades de alojamento turístico²⁹. Sabemos que a pressão imobiliária é enorme e que grande parte dos imóveis se transformou em alojamento local. Podemos, assim, legitimamente questionar o impacto que tem no capital humano daquela área da cidade.

Para além do espaço classificado como Património da Humanidade, tem sido levado a cabo um esforço na requalificação quer da zona alta da cidade (zona da Batalha e de Santa Catarina e a zona marginal para além dos limites da classificação da Unesco, valorizando o edifício da Alfândega, o sector de Massarelos, o cais das Pedras e o acesso até à Foz.³⁰

Como se conclui o Porto sofreu uma enorme transformação que ocorreu nos dois sentidos: a valorização do Património Classificado foi um elemento de atração para o turista que passou a visitar o Porto, beneficiando também da proximidade do aeroporto e o incremento das viagens low-cost, e a presença de um número cada vez maior de turistas, embora apresentando riscos que se devem avaliar, constitui um enorme incentivo para a reabilitação urbana e criação de infra-estruturas e consequentemente de empregos.

Não restam dúvidas pelo exposto, que o património constitui um poderoso recurso que o turismo pode explorar e um instrumento positivo de desenvolvimento local e regional permitindo uma equitativa distribuição dos benefícios entre as comunidades anfitriãs como aponta Toselli.³¹ Dias usa

²⁸ Pinto, L. P. V., Santos, T. C. (2011). Porto, Património Mundial – a classificação e a intervenção. “Encontra-se o título “Porto Património da Humanidade” em risco?. *Actas do Seminário Centros Históricos: Passado e Presente*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Departamento de Ciências e Técnicas do Património. pp. 221-244.

²⁹ Domingues, A. (2016). Centro histórico e o Turismo: “Isto não é uma discussão, é uma gritaria” Entrevista dada ao jornal on-line *O Observador* 05 de Dezembro.

³⁰ Falcão, M. – op. cit. pp. 105, 106.

³¹ Toselli, C. – Op. cit., p. 177

uma expressão, a nosso ver, muito feliz: “âncoras patrimoniais” que constituem elementos identitários e que afirmam a singularidade de um território, servindo de alavancagem para o desenvolvimento socioeconómico de uma região. A grande questão está em escolher de modo criterioso quais as “âncoras patrimoniais” nos diferentes contextos³²

Tornou-se componente essencial da indústria turística com implicações económicas e sociais muito evidentes que se verificam não só no litoral como é o caso que nos ocupou, mas também no interior do País, minimizando o isolamento e a estagnação. Como Elsa Silva³³ afirma *“a exploração turística de recursos patrimoniais permite inverter a forte tendência de concentração da oferta turística junto ao litoral, dispersando o turismo para o interior, para as pequenas cidades, com uma distribuição mais equitativa dos seus benefícios, funcionando como um fator de criação de emprego e de revitalização de empresas locais”*. Conclui que os recursos patrimoniais deverão ser usados pelo turismo numa perspetiva de desenvolvimento a longo prazo, com critérios de qualidade que resultem em benefícios, quer para os que visitam quer para os que acolhem.³⁴

No caso concreto do Porto essa perspetiva de desenvolvimento a longo prazo está presente e assumida o que provoca a ligação dos portuenses à sua cidade criando laços identitários que de outra forma dificilmente se obteriam e que podemos atribuir também à prática do turismo.

Conclusão

Este artigo, que apenas pretendeu levantar algumas questões e traçar uma resenha histórica da evolução sobre o modo como o turismo cultural foi ganhando o seu lugar definitivo na cidade do Porto, levou-nos a constatar a inerente complexidade da abordagem, porque convoca uma grande quantidade de actores que nem sempre é de fácil gestão. Esta simples abordagem pretende também ser o ponto de partida para um estudo mais aprofundado com intensões de extravasar a geografia da cidade em apreço e procurar estudar fenómenos em outras áreas cuja procura turística teve um grande incremento nos últimos anos e que apresentem recursos do património cultural assinaláveis. Será através de um exercício sistemático de comparação de diferentes realidades territoriais, que chegaremos a conclusões mais substanciais.

É inegável o papel mobilizador e agregador do património cultural, seja ele material ou imaterial, galardoado internacionalmente ou classificado pelas instâncias nacionais. A criação do

³² Dias. L.T. – op. cit. pp. 88, 89.

³³ Silva, E. P. (2000). Património e Identidade. Os desafios do turismo cultural. *Revista Forum*, nº. 4, p.220.

³⁴ Idem – p. 221.

sentimento de identificação com o território e tudo o que dele faz parte é um poderosíssimo meio de atracção, quer dos turistas nacionais quer dos turistas internacionais. Apesar de pecar por tardio, em comparação com outras realidades europeias, por exemplo, o trabalho levado a cabo pelas instituições públicas e privadas já está a dar os seus frutos, no que diz respeito à defesa e salvaguarda do património, ao investimento que tem feito no restauro dos bens, na educação para o património em articulação com os diferentes níveis de ensino e a descoberta de que é fundamental a participação das populações como uma voz activa na preservação e divulgação do seu património.

A exploração turística dos espaços encerra perigos? É inegável que sim. O ponto de equilíbrio é ténue e por vezes é ultrapassado e por isso o alerta que se deixa relativamente à cidade do Porto, e a outros locais no País, cuja tentação de rentabilização do imobiliário para a criação de uma oferta massiva numa determinada área, sufoca e esvazia a própria cidade daquilo que ela tem de genuíno. Valerá a pena reler o Código Mundial de Ética para o Turismo e avaliar se o que tem sido feito ao longo dos anos se tem pautado pela observação do que está reflectido no documento mencionado. Os desafios são imensos, potenciados pela crise instalada no sector turístico provocando ondas de choque noutros sectores, e embora muito haja por fazer o caminho percorrido é auspicioso.

Referências Bibliográficas

- Carvalho, I. C. R.; Baptista, M. M. T.; Costa, C. (2010) – As redes de Turismo Cultural: Um olhar sobre a relação entre Turismo e Cultura. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, nº 13, p. 29-28.
- Cunha, L. (2001). *Introdução ao Turismo*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Dias, L.T. (2013). *Património Construído, Património prospetivo*. Vila Nova de Gaia, Ed. ISPGAYA.
- Domingues, A. – Centro histórico e o Turismo: “Isto não é uma discussão, é uma gritaria” Entrevista dada ao jornal on-line *O Observador* em 05 de Dezembro de 2016. Disponível em: <http://observador.pt/2016/12/05/centro-historico-do-porto-e-o-turismo-isto-nao-e-uma-discussao-e-uma-gritaria/>
- Esperança, E. J. (1997). *Património, Comunicação, Políticas e Práticas Culturais*. Lisboa: Ed. Veja.
- Falcão, M. (2003). *Algumas considerações sobre o Porto e o seu aproveitamento para o turismo urbano e de lazer*. Porto: *Territórios do Turismo – revista científica do ISAI*, nº 1, pp. 98-109.
- Guillaume, M. (2003). *A política do Património*. Porto: Campo das Letras.
- ICOMOS (1976). *Carta do Turismo Cultural*. Paris, 1976. [on-line] Formato PDF. Disponível em: www.lacult.unesco.org/docc/Carta_Tur_1976.
- ICOMOS (1999). *Carta Internacional sobre o Turismo Cultural. Cidade do México, 17 a 23 de Outubro de 1999*. [on-line] Formato PDF. Disponível em: http://www.icomos.org/charters/tourism_sp.pdf

- Lopes, F. (2000). O programa de Incremento do Turismo cultural. Dos novos conceitos e motivações sobre o património cultural à criação de produtos turísticos de qualidade. *Revista Forum*, nº. 4, p. 243-250.
- Marujo, N.(2015). O Estudo Académico do Turismo Cultural. *TURyDES – Revista de Turismo Y Desarrollo*. Vol 8, nº 18, Junho. [on-line] Formato PDF. Disponível em: <https://www.google.pt/search?q=O+ESTUDO+ACAD%C3%89MICO+DO+TURISMO+CULTURAL+Noemi&oq=O+ESTUDO+ACAD%C3%89MICO+DO+TURISMO+CULTURAL+Noemi&aqs=chrome..69i57j69i64.373j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF>
- Pereiro Pérez, X. (2009). Turismo Cultural. Uma Visão Antropológica. *PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. IV. Serie, Tenerife.
- Pinto, L. P. V., Santos, T. C. (2011). Porto, Património Mundial – a classificação e a intervenção. “Encontra-se o título “Porto Património da Humanidade” em risco? *Actas do Seminário Centros Históricos: Passado e Presente*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Departamento de Ciências e Técnicas do Património, pp. 221-244.
- Ribeiro, J. C. (coord.), Viseu, J. et al (2004). Relatório Final – Avaliação do Impacte Económico do Euro 2004. Braga, Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão. Núcleo de Investigação em Políticas Económicas. [on-line] Formato PDF. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/2761/1/19%20Final%20Report%20EURO%202004.pdf>
- Silva, E. P. (2000). Património e Identidade. Os desafios do turismo cultural. *Revista Forum*, nº. 4, pp. 217-224.
- Toselli, C. (2006). Algunas reflexiones sobre el turismo cultural. *PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. vol 4, nº 2., p. 175-182. [on-line] Formato PDF. Disponível em: <http://www.pasosonline.org/Publicados/4206/PS040206.pdf>
- Velho, A. P. M. (2009) - A semiótica da Comunicação: apontamentos para uma metodologia de análise da comunicação. *Revista de Estudos da Comunicação*. Curitiba, v. 10, n. 23, p. 249-257, set./dez. [on-line] Formato PDF. Disponível em: www.pucpr.br/reol/index.php/comunicacao?dd99=pdf&dd1=3633